

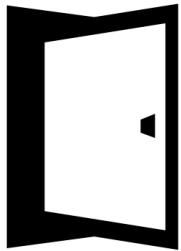
**GABINETE
DE INOVAÇÃO**

**EDIÇÃO 2022
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
NAS CIDADES**

REALIZAÇÃO:

INSTITUTO **UPDATE**

PACTO PELA
DEMOCRACIA



**GABINETE
DE INOVAÇÃO**

**EDIÇÃO 2022
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
NAS CIDADES**

gabinetedeinovacao.org.br

REALIZAÇÃO:

INSTITUTO **UPDATE**

PACTO PELA
DEMOCRACIA

ÍNDICE

pg. 04 **Introdução**

Painéis

pg. 06

O papel das vereadoras e vereadores na implementação das metas brasileiras no Acordo de Paris

pg. 18

Cidades, Clima e Justiça Social

pg. 26

Resiliência, Mitigação e Adaptação: experiências dos municípios do Rio de Janeiro (Brasil) e Bogotá (Colômbia)

Oficinas

pg. 33

A implementação das NDCs* nas cidades: bate-papo com vereadoras/es

pg. 38

Legislação climática nos municípios: exemplos e boas práticas

pg. 44

Global Stocktake: oficina sobre a ferramenta de monitoramento das metas climáticas do Acordo de Paris



Introdução

O Gabinete de Inovação é um programa de fortalecimento de conexões e trocas entre mandatos do legislativo brasileiro por meio de encontros temáticos e produção de conteúdo. Reúne chefias de gabinetes, coordenações institucionais e assessorias parlamentares de mandatos das casas legislativas para compartilharem e construir caminhos para a inovação nos parlamentos brasileiros.

Entre abril e maio de 2022, foram realizados seis encontros *online*, direcionados para primeiros mandatos de vereadoras e vereadores (eleitas/os em 2020) comprometidas/os com a agenda climática e socioambiental.

Os encontros foram divididos em duas partes. Na primeira, transmitida pelas redes sociais das organizações realizadoras do projeto, foram realizados três painéis abertos a qualquer interessada/o em acompanhar a discussão. Já a segunda parte contou com três oficinas, também *online*, mas exclusivas aos mandatos inscritos.

Essa publicação reúne a memória completa dos encontros, com cobertura dos debates apresentados, além de diversos conteúdos extras para referência e aprofundamento das temáticas abordadas. O objetivo é contribuir com a construção das metas municipais na NDC brasileira no Acordo de Paris e fortalecer os legislativos municipais frente à ação climática, oportunizando um espaço de diálogo e de fortalecimento de alianças entre gabinetes com visões, origens e espectros políticos diversos.

A edição 2022 do Gabinete de Inovação foi uma realização do Instituto Update e Pacto pela Democracia, em parceria com Instituto Clima e Sociedade (iCS), Clima de Eleição, Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA).

Boa leitura!

Conheça a programação

PAINÉIS

O papel das vereadoras e vereadores na implementação das metas brasileiras no Acordo de Paris

Com Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa; e Sylvia Siqueira, diretora executiva da Nossa América Verde.

19/04/2022

Cidades, Clima e Justiça Social

Com Diosmar Filho, geógrafo, pesquisador IYALETA – Pesquisa, Ciência e Humanidades e coordenador do projeto Amazônia Legal Urbana; e Izabela Santos, engenheira ambiental, pesquisadora e consultora climática no Instituto de Referência Negra Peregum.

26/04/2022

Resiliência, Mitigação e Adaptação: experiências dos municípios do Rio de Janeiro (Brasil) e Bogotá (Colômbia)

Com Camila Pontual, coordenadora adjunta de cooperação internacional da cidade do Rio de Janeiro; e Susana Muhamad, ativista ambiental e concejal (vereadora) de Bogotá.

03/05/2022

OFICINAS

A implementação das NDCs* nas cidades: bate-papo com vereadoras/es

Com Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA).

10/05/2022

Legislação climática nos municípios: exemplos e boas práticas

Com Clima de Eleição.

17/05/2022

Global Stocktake: oficina sobre a ferramenta de monitoramento das metas climáticas do Acordo de Paris

Com Instituto Clima e Sociedade.

24/05/2022

Painéis

Painel 1:

O papel das vereadoras e vereadores no cumprimento das metas brasileiras no Acordo de Paris

Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa; e Sylvia Siqueira, diretora executiva da Nossa América Verde.



Natalie Unterstell é presidente do Instituto Talanoa, cuja missão é contribuir para resolver a crise climática ainda nesta década, usando as ideias e as tecnologias do nosso tempo. Natalie também é membro do Painel de Acreditação do Fundo Climático Verde e foi negociadora do Brasil nos assuntos de mudança do clima na ONU. Atuou em governos federal e estaduais, onde apoiou a construção de políticas públicas, incluindo o mais ambicioso programa de adaptação à mudança do clima já realizado no Brasil, o Brasil 2040, como diretora na SAE/Presidência da República. É cofundadora e membro de diversos projetos e organizações, como a Política Por Inteiro, em parceria com a Folha de S. Paulo. É conselheira do Sistema B Brasil e da SOS Mata Atlântica.



Sylvia Siqueira é ecofeminista, antirracista, graduada em Jornalismo (UFPE), com especialização em Direitos Humanos (UNICAP) e mestrado em Direção de Associação, Fundação e Outras Entidades Não Lucrativas (UAM Madrid). Atualmente, Sylvia é uma das conselheiras de Direitos Humanos de Pernambuco e diretora executiva de Nossa América Verde, movimento internacional

por justiça climática, social, ambiental e econômica com reparação histórica. Seu ativismo começou na ONG MIRIM Brasil, aos 13 anos. Em 2016, foi eleita presidenta do Movimento Internacional de Educação e é cofundadora do Fórum Latinoamericano e Caribeño de Juventudes. Também foi uma das especialistas na construção do Primeiro Plano Municipal de Políticas para a Juventude no Recife. Em 2018, foi escolhida por Malala para fazer parte da rede Gulmakai, em defesa dos direitos das meninas à educação. No mesmo ano, recebeu destaque como Personalidade na Política, pela Folha de Pernambuco. Acredita que as crianças, as mulheres e a população negra devem estar no centro das decisões políticas e no fomento da cooperação na América Latina e com o Sul Global.

Contexto

Existem acordos internacionais assinados pelo Brasil, métricas locais e globais, muitas e importantes pesquisas, mas, como se combate mudanças climáticas no dia a dia das cidades? Como vereadoras e vereadores podem assumir a frente no debate e no endereçamento de ações concretas para seus municípios?

Para o 1º Painel do Gabinete de Inovação, as convidadas Natalie e Sylvia partem das definições, seja na nomenclatura, seja na abordagem em políticas públicas, que o mundo e o Brasil têm adotado para o clima nas últimas décadas. Nesses 30 anos, desde a Rio-92, seguido da 1ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP 1, realizada em 1995, a discussão ganhou mais agentes, mais espaços. Se, no início, apenas os altos governantes e organismos mundiais estabeleciam princípios, estratégias e acordos, temos hoje o desafio de ouvir e construir com o maior número possível de setores e instituições. Temos urgência.

A sociedade civil, a academia, as empresas e os governos precisam somar esforços e conhecimentos, colocando o debate e as soluções a partir da condição humana. É preciso, mais do que nunca, trazer o combate às mudanças climáticas para a dinâmica das cidades e do campo, aprofundando o princípio de justiça climática, debatendo temas novos e complexos, como racismo ambiental, e colocando as pessoas no centro da discussão. E é aqui que o legislativo municipal faz toda diferença, pois é onde são definidas as diretrizes e bases do pacto social, que é uma gestão municipal.

Afinal, qual é o papel do legislativo para construir soluções que atendam as demandas de seus cidadãos e estejam alinhadas com as realidades e possibilidades de cada cidade?

>> O que foi apresentado?

 [Assista ao painel no Youtube](#)

Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa

Clima e municipalidade: o papel da vereança para o Acordo de Paris

“Como é que a gente traz ‘pro chão’ o debate e as ações para o enfrentamento à emergência climática?”. A frase, de Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, poderia ser um resumo do que o 1º painel da edição de 2022 do Gabinete de Inovação trouxe para o público.

A convidada fez um breve resumo de como as questões de clima têm sido tratadas ao longo das últimas décadas, desde a Rio-92, com o início das Conferências das Partes, as COPs, alguns anos depois, e o que foi feito globalmente até chegarmos ao Acordo de Paris, em 2015.

O segundo ponto trazido por Natalie foi a diferenciação entre mitigação climática e adaptação climática, para a qual trouxe dois exemplos concretos de ações eficientes já desenvolvidas em Moçambique e em Nova Iorque (EUA).

Uma breve história das políticas climáticas

Desde a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro (Rio-92), o clima passou a ter uma agenda própria. Em 1995, aconteceu a 1ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP 1. São três décadas, onde o planeta tem acompanhado os impactos das mudanças climáticas. O balanço, até agora, não é nada favorável. Por isso, o papel das cidades nessa mudança de padrão de desenvolvimento e uso dos recursos naturais é tão importante. E tão urgente.

*“Quando se constituiu o Acordo de Paris, foram definidas algumas questões que são muito importantes. Primeiro, que ia ter uma meta global, ou seja, todos temos, o mundo inteiro, que nos comprometer para chegar lá. Segundo, que a gente ia escolher essa meta de 1,5 grau, e no máximo dois graus, porque daria tempo de a gente se adaptar, evitar as piores catástrofes associadas à mudança do clima. E, assim, cada país definiria suas metas do clima, ou NDC, essa siglinha, para poder **contribuir tanto com a redução de emissões, ou seja, com a transição para baixo carbono, como também para a sua adaptação.** E faria isso de maneira legítima, criando políticas domésticas que não seriam uma associação a um presidente ou a um governo, mas que fossem, de fato, reconhecidas pela sociedade”, Natalie.*

NDC do Brasil

Em 2016, o Brasil definiu sua meta e se comprometeu a reduzir emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 em relação a 2005, e indicava que poderia reduzi-las em 43% até 2030. Em dezembro de 2020, houve a atualização da NCD, e o Brasil confirmou à ONU a meta originalmente assumida.

Tem cidades se adaptando? Pouquíssimas. Para Natalie, é imprescindível que se olhe com a seriedade e urgência ao que já acontece como efeito direto do aquecimento global: os eventos extremos são cada vez mais presentes. E mais devastadores. Apenas nos seis primeiros meses de 2022, o Brasil presenciou tragédias, com o alto custo de vidas humanas perdidas, e muito sofrimento e danos para milhares de brasileiros.

Desabamentos aconteceram em Petrópolis (RJ), no sul da Bahia e, no fim de maio, em Recife (PE), que registrou mais de 100 vítimas fatais. Esses são alguns exemplos de tragédias que aconteceram recentemente e que refletem problemas estruturais nas cidades, envolvendo planejamento habitacional, saneamento e mobilidade urbanas, entre outras ações de curto, médio e longo prazos, que devem ser garantidas pelos legisladores municipais e governantes.

“Está muito claro para todos nós, que essa história de mudança excessiva não vai ser daqui a 100 anos. Inclusive, um dos últimos relatórios do IPCC fala isso, que já estamos 1 grau acima da era pré-industrial e que, infelizmente, caminhamos para ultrapassar o 1,5 grau nos próximos 20 anos, caso não sejamos bem-sucedidos na transição, no ritmo dessa transição”, Natalie.

Mitigação e adaptação

De maneira bem simples, podemos dizer que **mitigação** está relacionada à redução na emissão de gases de efeito estufa (GEE) e **adaptação** à forma como reagimos e nos adaptamos aos impactos das mudanças climáticas.

Segundo o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas), o aquecimento global pode atingir o aumento de 1,5° grau na temperatura (em comparação com a temperatura do planeta antes da Era Industrial) já a partir de 2030. O relatório apontou que os riscos associados ao clima para os sistemas natural e humano não acontecem de maneira igual e que dependem de uma série de fatores interrelacionados, como a dimensão e ritmo do aquecimento, localização geográfica e níveis de desenvolvimento. É nessa sobreposição de elementos naturais versus atuação e decisões humanas que entra o papel da legislação municipal. Muitas das decisões que são tomadas no âmbito da municipalidade irão determinar o grau de vulnerabilidade e a eficiência nas escolhas e implementação de opções de adaptação e mitigação.

Para Natalie, a abordagem que está prevalecendo é de emergência, que é retroativa e acionada pelo poder público depois que o desastre já aconteceu.

“É muito assustador que a gente só vê pedidos de decretos de situação de emergência, decretos de calamidade pública. E esse acaba sendo o modo de financiamento das cidades. Então, o prefeito vai lá, pede; o governo federal vai liberar o recurso e depois esse recurso vai ser pago para recuperar, remediar os estragos. Isso não é adaptação. É obvio que precisa ter dinheiro para emergência. É obvio que tem que ter a remediação. É um direito, inclusive, das pessoas afetadas. Só que isso não vai mudar o quadro, pelo contrário, é uma bola de neve. Vai haver cada vez mais extremos; cada extremo vai levar a mais decretos de calamidade. E, aí, a cidade vai tendo cada vez menos dinheiro. E, cada vez menos dinheiro, temos menos resiliência e vai sendo menor a nossa capacidade de se adaptar. Então, o primeiro ponto que queria trazer é provocar a gente para sair dessa lógica reativa à emergência para, de fato, uma lógica adaptativa. Estamos falando de adaptar territórios, modos de viver, de pessoas se movendo diferente, fazendo diferente”, Natalie.

[Clique aqui](#) para a versão em português do Relatório do IPCC.

Exemplos: Moçambique e cidade de Nova Iorque

Moçambique é um país africano com alto índice de pobreza e enormes desafios. Lá, o processo de regularização para a construção de uma residência inclui a avaliação de riscos climáticos que envolvem a área onde se quer construir a moradia. Isso é feito com o auxílio de um mapa do território que indica não apenas a localização de onde essa casa vai ser construída, mas também o que está projetado de riscos climáticos no futuro. Nesse processo, o morador vai ter um documento indicando quais os riscos relacionados àquela moradia, que ele assina, reconhecendo esses riscos. Recebe também as orientações para construir considerando as adaptações necessárias a esses riscos. Ou seja, será orientado sobre, por exemplo, usar palafitas e determinados tipos de materiais quando há bastante risco de inundação.

“Quando a gente fala em cidades enormes do Brasil, isso não é viável, mas em cidades pequenas, isso é perfeitamente viável. E o que é preciso para fazer isso? Quando a gente fala no mapa climático, isso é o mais fácil. Os dados estão aí, são abertos, já existem. Mas falta autoridade. Falta, de novo, estabelecer autoridade para que isso comece a ser feito e bem-feito”, Natalie.

Já em Nova Iorque foram criados planos de adaptação após a passagem do furacão Sandy, em 2010, que devastou a cidade. A partir desse evento, foram feitos mapas da cidade considerando riscos e impactos climáticos e verificou-se que algumas áreas que sofreram muito com o furacão, iriam sofrer novamente. Não era uma questão daquele furacão. E, com estudos, viram que, ao menos uma vez a cada década, ou algo assim, iria acontecer. Tiveram, então, que tomar uma decisão muito difícil e que requer capital político, que é repensar a ocupação do território. E muitos bairros, tanto de pessoas mais afluentes, como também de pessoas menos afluentes, tiveram que ser repensados. Entraram inclusive com um processo muito delicado de testar com a comunidade: “vamos mudar para outro lugar?”. Não se trata de remoção, mas de perceber que determinada área não pode mais ser ocupada por casas, precisa ser ocupada por parques, precisa ter permeabilidade. Nesse processo de encontrar uma outra lógica, adotaram uma prática chamada de recuo planejado. E, assim, começaram a retirar, a remover, a repensar as coisas com a comunidade.

“Sem dúvida, é um processo muito delicado, mas cada vez mais importante, em todo mundo. Tem áreas de baixada que, infelizmente, se a gente mantiver a coisa como a gente faz hoje, não vai dar certo. Vamos ver mortes evitáveis acontecerem. Então, é preciso repensar o Plano Diretor. E aqui, no Brasil, a gente sabe o quão difícil é fazer isso. Mas, clima não é uma conversa fácil. E vamos ter que começar a colocar na mesma seara quando a gente fala de implementar metas, que é o quê? É cuidar das pessoas, proteger as pessoas, regenerar determinadas áreas. E, enfim, adaptar com a cara do próprio território”, Natalie.

Sylvia Siqueira, diretora executiva de Nossa América Verde

Natural de Aldeia, uma região metropolitana do grande Recife (PE), Sylvia usou sua própria história para apresentar de que maneira as distorções econômicas e sociais presentes na dinâmica das cidades influencia diretamente nas questões do clima e resiliência nas cidades. Conceitos como justiça climática e racismo ambiental precisam estar na pauta legislativa, seja na regulamentação de atividades nos municípios, seja garantindo direitos às populações mais fragilizadas pelos eventos extremos.

O início da sua militância aconteceu cedo. Desde os 13 anos participa de movimentos sociais, na luta por moradia, emprego, saúde, educação. Segundo ela, esses elementos são, igualmente, parte do problema e das soluções climáticas.

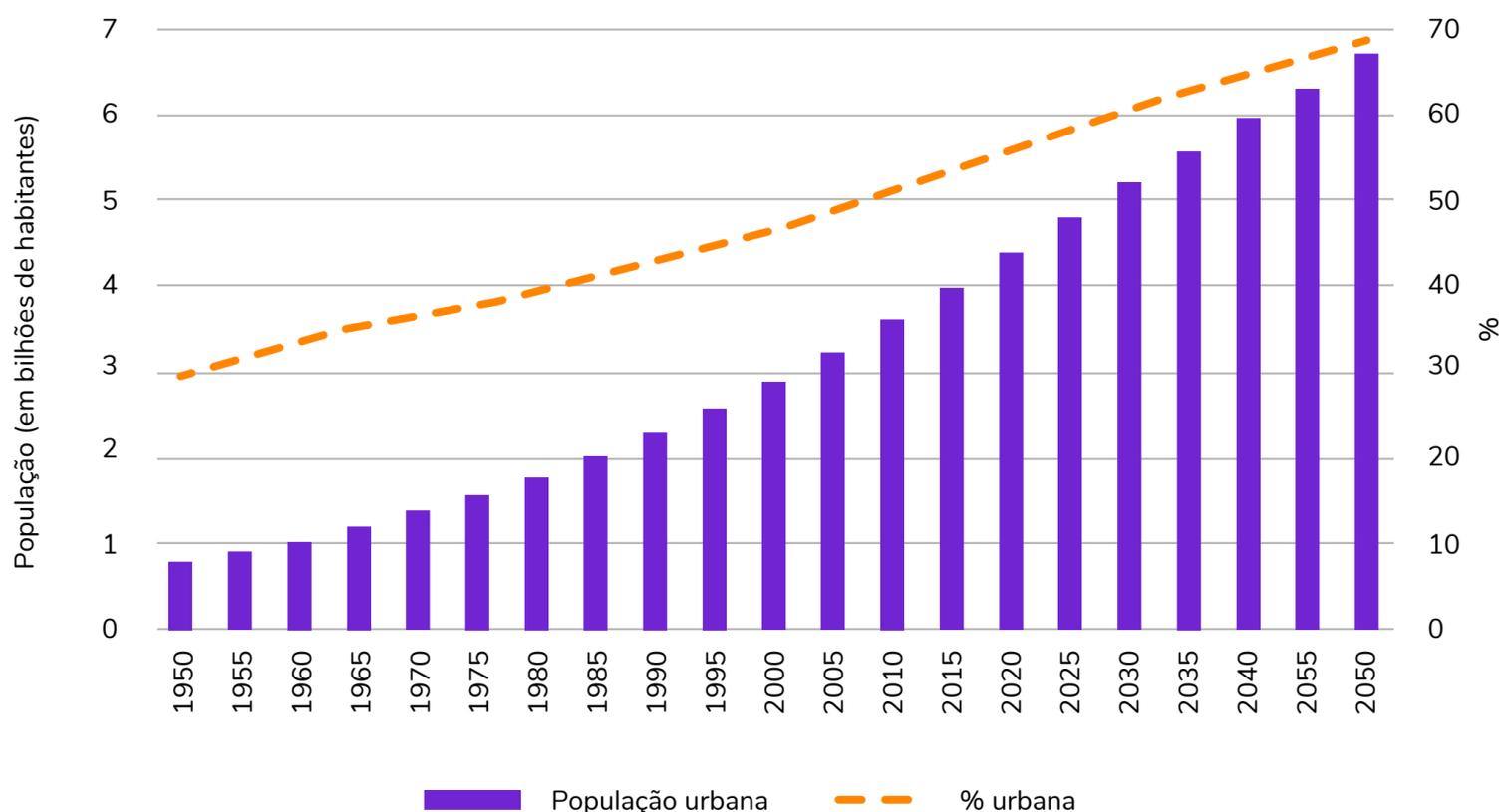
“Acho que o que me chamou a atenção e a possibilidade de entrar na América Verde é exatamente a possibilidade de unir justiça climática com justiça socioeconômica, ambiental, com reparação histórica, com regeneração. Eu me encontro nesse lugar; sinto que essa conversa é tão desafiadora para vocês quanto para mim, porque a gente vem de diversas emergências, da comida, de moradia digna ou da moradia em si. O Relatório do IPCC demonstrou que a ação humana é responsável por 99% da mudança climática. Isso diz que o modelo de desenvolvimento que a gente adotou foi o principal gerador do que vivemos hoje. Sendo que nem todas as pessoas são afetadas da mesma forma e nem todas as pessoas afetam ou produzem os gases de efeito estufa também na mesma proporção. Então, precisamos entender, nesse contexto, que a emergência climática é resultado de medidas erradas no campo da economia, da política, da geração de emprego, da geração e distribuição de riqueza dos nossos países”, Sylvia.

O debate, as estratégias e as soluções passam, obrigatoriamente, pelo modelo de desenvolvimento e de distribuição de recursos quando as ações de mitigação ou adaptação climáticas estão na pauta de vereadoras e vereadores. Sylvia destacou também que, para que o debate ocorra, é preciso entendimento e, para isso, uma comunicação clara sobre mudanças climáticas.

“Acho que esse é um desafio grande quando a gente vive num mundo governado pelo conservadorismo, pelo liberalismo ou principalmente por governos fascistas e anticientíficos, de não aceitar que é preciso adotar um outro caminho e admitir que o modelo econômico que a gente adotou até agora é o que está levando a gente, levando não, já nos trouxe a esse estado de emergência climática”, Sylvia.

De acordo com o estudo *World Urbanization Prospects* (Projeções da Urbanização Mundial), da Divisão de População da ONU, lançado em 2021, a população urbana somava 4,4 bilhões de pessoas, em 2020, o que significa que 56,2% de todas as pessoas do planeta vivem em cidades. A expectativa é que cheguem a cerca de 70%, em 2050.

População urbana absoluta e relativa no mundo: 1950-2050



Fonte: *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision* <https://population.un.org/wup>

E aí, Nossa América Verde tem um diálogo muito próximo, na realidade, aos parlamentares, aos congressistas, aos deputados federais.

No Brasil, segundo o IBGE, 57% das pessoas vivem em 6% dos municípios. Então, é preciso repensar a ocupação e os direitos nos territórios. Isso implica em identificar e reconhecer os problemas e os desafios, o que significa que o poder público vai ter que endereçar os serviços públicos corretos para atender sua população nos municípios.

Olhar para a cidade

Os eventos extremos, com enchentes, desabamentos, destruição e, infelizmente, mortes, não são eventuais e nem acidentais: são frutos de estruturas precarizadas, precárias, da fiscalização que não ocorre ou que não ocorre de maneira correta. **É a falta de olhar para a cidade.**

Sylvia falou sobre a experiência da França em prever inundações. Naquele país, o governo dispõe de mecanismos e instrumentos que medem o nível de água de rios, lagos. As cidades, principalmente essas que estão em locais onde há uma barragem e estão mais propensas a qualquer evento da natureza, têm um plano específico de emergência para atuar nesses casos de inundação, de terremoto, de furacão. Existem sinalizações nas cidades indicando para onde as pessoas devem ir, e, existem também treinamentos nas cidades sobre o que as pessoas devem ou podem fazer naquele momento.

“E isso é muito importante, né? Só que, quando falamos em termos de Brasil, fica meio esquisito, porque as urgências são muitas. Então, como lidar com as urgências do cotidiano, com o dia a dia pesado, violento, da vida nas nossas cidades, principalmente no colo das mulheres? E não importa a idade, todas as mulheres, as vovós, as mães, as adolescentes, as cidades giram muito em torno delas. Então, como é que a gente pensa isso, pensa no preparar essas famílias, essas pessoas, para um evento desse tipo, sabendo que as emergências do cotidiano são outras, inclusive para mantê-las de pé?”, Sylvia.

O Plano Diretor é chave para pautar mudança climática

Para Sylvia, a experiência das cidades na construção de políticas públicas já existe, com conselhos que debatem a municipalidade com muita profundidade e que já atuam por meio de diversos conselhos, organizações, conferências populares, entre outros arranjos institucionais que validam e orientam as diretrizes da gestão pública. Ela reforça que o Plano Diretor é um espaço para adaptar as cidades à mudança do clima, mas também gerando justiça socioeconômica, ambiental e étnico-racial.

“Várias cidades, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife são cidades que viveram 300, quase 400 anos de escravidão. E isso determinou, e muito, o modo como a cidade é organizada. E o modo como acessamos a cidade. Então, o Plano Diretor é um desses modos. E você pode dizer: ‘ah, mas o Plano Diretor tem uma revisão e os governos, as prefeituras tentam deixar a revisão restrita para de 10 em 10 anos’. Na verdade, a legislação coloca isso como um prazo estabelecido, mas podendo acontecer antes”, Sylvia.

Outro ponto destacado pela convidada é a necessidade de olhar para alguns sistemas, como o alimentar, por exemplo, que demanda uma abordagem mais sustentável, com agroecologia local, gerando renda e benefícios ambientais, reduzindo o uso do transporte que emite gases de efeito estufa, e os custos para o consumo, o que aumenta o acesso das pessoas aos alimentos.

Energia é outro tema que pode contribuir muito para a transição climática necessária, com o aproveitamento do potencial do Brasil para gerar energia solar ou eólica, em uma escala gigantesca. No entanto, essa conversão tem um custo e a maior parte das pessoas não pode investir. É, portanto, outra frente que cabe ao poder público viabilizar.

Sobre transporte, outro ponto crítico tanto para a mitigação quanto para a adaptação climática, Sylvia apresentou um estudo da Associação Metropolitana de Ciclistas do Recife (Ameciclo), indicando que 85% das pessoas que acessam as cidades, o fazem por transporte público - ônibus, metrô ou bicicleta-, e, no entanto, apenas 1/4 do orçamento da mobilidade vai para transporte público.

Recursos para financiar a transição climática

Para Natalie, ao tratar do orçamento municipal é importante ter claro que há, em quase todas as cidades, uma situação fiscal muito complicada. Por isso, antes de se buscar novas fontes de financiamento para ações do clima é preciso olhar com cuidado como o orçamento tem sido feito, onde estão sendo alocados os recursos. Esse é o ponto mais importante: rever e melhorar a forma como o orçamento pode ser melhor aplicado.

Além disso, há diversas formas de buscar mais recursos para o clima, entre eles, o Fundo Nacional de Mudança do Clima, que não tem um valor alto, mas não demanda nem edital. Os municípios podem acessar para implementar seus Planos de Adaptação. O BNDES é outra fonte de recurso público que pode e deve ser buscada por prefeituras. No âmbito internacional, existem programas e fontes de financiamento, inclusive de cooperação bilateral.

“As vereanças precisam entrar no debate da taxaço das grandes fortunas. E esse é um debate que está muito vinculado à justiça climática. A gente precisa de fundos, não só para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, atingir as metas de NDC com o fim do desmatamento ilegal. A gente precisa acabar com o desmatamento, mas a gente também precisa gerar outro sistema econômico e de justiça nos nossos territórios. Para isso, vai ser preciso, sim, financiamento maior do que está previsto e, que, na realidade, não liberam. É importante pensar nessa perspectiva econômica no debate de vereadores e vereadoras”, Sylvia.

Risco máximo, o 6º Relatório do IPCC

Não há mais tempo e o planeta está no limite para uma catástrofe irreversível. Essa é a mensagem que o [6º Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas \(IPCC\)](#), que foi lançado no início de 2022, traz como alerta. Intitulado Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade, o documento imprime a urgência em adotarmos outro padrão de comportamento global.

O relatório foi elaborado pelo Grupo de Trabalho II, do IPCC, que reúne alguns dos principais cientistas especializados em mudanças climáticas do mundo. Seu objetivo é produzir e publicar atualizações regulares de estudos sobre a crise climática, com informações e dados que possam informar a sociedade e direcionar ações de empresas e setores, bem como a formulação de políticas pelos governos.

Nesta edição, o Relatório do IPCC mostra que os efeitos da crise climática já estão presentes no nosso dia a dia, com impactos cada vez mais profundos e que seus efeitos são sentidos de maneira mais intensa por alguns ecossistemas e grupos de pessoas mais vulneráveis. Reúne

também quais as abordagens de adaptação climática são mais efetivas e viáveis. As seis principais conclusões do relatório são:

1. Os impactos climáticos já estão mais severos e generalizados do que se esperava.
2. Estamos fadados a sofrer impactos climáticos ainda piores em curto prazo.
3. Os riscos vão aumentar rapidamente com as temperaturas mais altas, com frequência, gerando impactos climáticos irreversíveis.
4. Desigualdade, conflitos e desafios de desenvolvimento aumentam a vulnerabilidade aos riscos climáticos.
5. A adaptação é essencial. Soluções viáveis já existem, mas mais apoio precisa chegar às comunidades vulneráveis.
6. Alguns impactos das mudanças climáticas já são severos demais para pensar em adaptação. O mundo precisa agir com urgência para lidar com as perdas e danos.

Painel 2:

Cidade, clima e justiça social

Diosmar Filho, geógrafo, pesquisador IYALETA – Pesquisa, Ciência e Humanidades e coordenador do projeto Amazônia Legal Urbana; e Izabela Santos, engenheira ambiental, pesquisadora e consultora climática no Instituto de Referência Negra Peregum.



Diosmar Filho é geógrafo e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador associado à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Foi professor e coordenador acadêmico da Especialização

Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais e Direitos Humanos e Contemporaneidade - UFBA/UAB/CAPES (2017-2020). Exerceu cargos públicos de assessor e coordenador para povos e

comunidades tradicionais no estado da Bahia, nas áreas de gestão das águas, desenvolvimento social e promoção da igualdade racial (2007-2015). Especialista em análise socioespacial para regularização fundiária de Territórios Quilombolas. Pesquisador IYALETA - Pesquisa, Ciência e Humanidades, coordena o projeto Amazônia Legal Urbana - Análises socioespaciais de Mudanças Climáticas (2020/2022). Autor do livro *A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI*, Paco Editorial, 2018.



Izabela Santos é doutora em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo (USP). Engenheira Ambiental pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pesquisadora sobre mudanças climáticas e racismo ambiental. Atualmente, atua como consultora climática no Instituto de Referência Negra Peregum. É integrante da rede Youth Climate Leader (YCL). Sua experiência profissional é voltada à pesquisa-ação para transformação social e engajamento socioambiental, com ênfase em racismo e justiça ambiental, riscos associados a mudanças climáticas, gestão de água e políticas participativas. Já participou de projetos de cooperação internacional sobre redes de coalizão e governança da água, controle social no saneamento e nexos água-energia-alimento.

Contexto

Habitar, viver, morar. Esses não são verbos iguais, mesmo que pareçam. Planejar e ordenar a ocupação humana nas cidades é muito mais do que projetar casas e prédios, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades. A vida, no seu ambiente mais íntimo e, por isso, onde é necessário ser mais coletivo nas grandes decisões, acontece nas cidades. As pessoas estão sujeitas a ter reproduzidas as injustiças sociais também quando falamos da forma como as cidades são pensadas, organizadas e geridas.

Em 2001, ou seja, há mais de 20 anos, o Brasil promulgou o [Estatuto da Cidade](#) e o que foi construído para ser um mecanismo de reordenamento territorial, resultado de um longo processo de lutas coletivas, tem se

tornado, segundo estudos atuais, um instrumento em prol do grande capital, sem que as necessidades reais das populações urbanas sejam observadas, analisadas e tenham a relevância devida nas pautas da gestão e legislação municipais.

A pandemia da Covid-19 reforçou essas diferenças nos serviços sociais e ambientais aos quais todos os cidadãos têm direito e que seguem sem ser atendidos por suas prefeituras. Porém, os problemas estruturais já eram um grave desafio para a gestão pública e foram aprofundados como efeito direto das mudanças climáticas no ambiente urbano, como é o caso das altas incidências de arboviroses nas cidades. Arboviroses são doenças provocadas por vírus, que, por sua vez, são transmitidos por mosquitos, como a dengue, a zika e a chikungunya.

A alteração no ciclo das chuvas já um fato, porém, o número de casos dessas doenças, indicam que **os impactos no meio ambiente, as crises sanitárias e a ordenação territorial estão embaixo de um mesmo guarda-chuva, que é a garantia de direitos e o combate às desigualdades no âmbito da gestão municipal.**

Esses foram alguns dos pontos levantados no 2º Painel do Gabinete de Inovação, edição 2022, por **Izabela Santos** e **Diosmar Filho**, que destacaram o papel determinante de vereadoras e vereadores para que as cidades possam olhar para suas realidades, respeitando, inclusive, a diversidade exclusiva de cada localidade e seu povo.

Somente dessa maneira é possível garantir que as desigualdades, agravadas com as mudanças climáticas, tenham suas soluções endereçadas em sua origem. Isso implica na construção de pautas efetivas que priorizem a redução das desigualdades, tanto no acesso a serviços de infraestrutura, como saneamento, energia e mobilidade, como em geração de renda, segurança, educação, saúde e lazer. E, mais ainda, é imprescindível que essas agendas sejam pensadas considerando questões estruturais da sociedade brasileira, como racismo e questões de gênero. Não é possível elaborar abordagens de justiça climática em sociedades desiguais.

>> O que foi apresentado?

 [Assista ao painel no Youtube](#)

Izabela Santos, engenheira ambiental, pesquisadora e consultora climática no Instituto de Referência Negra Peregum.

Diversidade e complexidade

Izadora iniciou a fala apontando sua origem de paraense, nascida na capital Belém, uma cidade regida pelas marés. Situada na região amazônica, Belém carrega em sua história e ocupação territorial vertentes de outras importantes capitais do Brasil que reproduzem as estratificações sociais e os privilégios endereçados, há séculos, para poucos representantes da sociedade. Mas, mesmo com a semelhança aparente nos problemas, Iza destacou que, ao se pensar em políticas públicas, é fundamental respeitar as especificidades de cada lugar.

“Quando a gente fala sobre mudanças climáticas, um dos pontos é que precisamos repensar a forma que nós temos feito políticas públicas, a forma como nós temos visto o clima e como nós temos visto a nossa relação com o meio. E uma delas é a replicação de políticas públicas. Então, muitas vezes, os municípios, as cidades, tendem a incorporar modelos das cidades pioneiras nesse debate. E aí eu falo: bom pioneirismo é ótimo, é importante, mas que a gente está falando de condições de mudanças do clima e se a gente está falando de justiça a partir disso, né? Justiça do ponto de vista e do aspecto de que cada população vai ser afetada de uma forma dentro desse cenário. E que, portanto, cada processo e cada política de adaptação vai ter que respeitar essas localidades. Ela tem que respeitar a realidade de cada região”, Iza.

Conhecer bem para fazer bem-feito

Inegável destacar o papel da vereança na condução de estudos e processos para o mapeamento dos problemas, dos riscos e das melhores soluções. Quando falamos de mudanças climáticas, alguns tópicos vão orientar essas análises e proposições. O mais importante é saber quais as principais emissões de gases de efeito estufa que a cidade em questão tem. Cidades com atividades predominantemente rurais tendem a ter suas emissões relacionadas à mudança do uso da terra, especialmente na agropecuária. E essas emissões, bem como a definição de ações de mitigação e de adaptação, são diferentes das cidades mais urbanizadas,

onde parte desses impactos no clima são resultado de atividades relacionadas à prestação de serviços e têm demandas como mobilidade, por exemplo, entre as mais urgentes. Por isso, quando se pensa em atendimento a planos que vão enfrentar às mudanças climáticas, é preciso, saber de que cidade e de quais atividades se está falando e de como estão gerando emissões de gases de efeito estufa.

Uma ferramenta muito útil nesse sentido é o [SEEG](#), organizado pelo [Observatório do Clima](#) no Brasil, que disponibiliza um sistema de levantamento de emissões de gases de efeito estufa das cidades e do Brasil. Um dos resultados do SEEG apresentado por Izabela é que a mudança de uso da terra constitui a principal causa nas cidades que registraram os maiores índices de emissões. São Félix do Xingu (PA) e Altamira (PA) estão no topo dessa lista. Já quando a análise da SEEG trata da emissão de gases relacionados à energia e ácidos, são as capitais e regiões metropolitanas, que possuem gargalos no seu desenvolvimento do ponto de vista habitacional, do ponto de vista econômico e com as emissões atreladas à **mobilidade urbana, à energia e ao tratamento de resíduos**.

Para Izabela, mapear as causas é também fazer as perguntas necessárias.

“Quando a gente fala de cidades, a gente tem que olhar para quem são os habitantes dessas cidades, para os quais os efeitos que essas mudanças e que esses gastos, digamos assim, de gases, têm sido feitos. A gente fala em mobilidade, como essa população tem se movido pela cidade? Quais são os principais meios que essas cidades têm em relação à mobilidade? Quem consome essa energia que a gente fala que está gastando, então, que está emitindo muito mais gases de efeito estufa? Quem são essas populações que gastam e que consomem essa energia? E aí eu falo: são pessoas físicas? São pessoas jurídicas? São pessoas físicas em quais condições? Em quais bairros dessas cidades? Enfim, quem tem acesso aos serviços que estão atrelados aos serviços, por exemplo, de energia? Aos serviços de saneamento, onde os resíduos entram? Então, qual é a população que está tendo acesso a isso; e quem não tem? Essas perguntas são muito importantes”, Izabela.

Outro ponto destacado por Izabela foi a gestão de resíduos nas cidades. Como exemplo, ela falou do emblemático caso da cidade de São Paulo e Guarulhos, na região metropolitana da capital paulista. O planejamento estabeleceu que o aterro sanitário fosse expandido para dentro de uma unidade de conservação, na qual vive uma população próxima. Trata-se da região de Cabuçu de Guarulhos, que já estava sendo diretamente afetada pelas obras do Rodoanel. Ou seja, os serviços públicos para essa população não são supridos ou considerados. As pessoas dessas comunidades não têm saneamento básico, não têm transporte público. O Rodoanel não é para essas pessoas.

*A gente está falando sobre a expansão de um aterro sanitário onde vários caminhões de lixo irão passar nessas comunidades que, pelas políticas, são comunidades que não são aceitas naquela região, porque, afinal de contas, a gente está falando de uma área de preservação, mas, ao mesmo tempo, é uma região onde a gente tem grandes obras sendo pensadas e construídas e o quanto que isso vai ou não de encontro das **políticas que a gente tem que pensar? A mesma coisa, temos pessoas que voltaram a cozinhar com o uso de carvão. Essas pessoas não têm acesso à energia porque energia está muito cara. Então, se a energia, pensando em combustíveis fósseis, não está disponível, as nossas políticas, as nossas estruturas têm que estar pensando nisso. As mudanças climáticas são uma realidade e vão afetar a todos. E já vêm de longa data, como uma realidade que afeta a população majoritariamente negra e periférica das grandes cidades deste país.** Então, esses são olhares que os mandatos têm que ter em mente e têm que trazer em suas elaborações para que a gente possa estar atendendo de forma justa e formulando políticas que atendam às demandas de um planeta que vai precisar repensar sua forma de produzir cidades na atualidade”, Izabela.*

Diosmar Filho, geógrafo, pesquisador IYALETA – Pesquisa, Ciência e Humanidades e coordenador do projeto Amazônia Legal Urbana

Geógrafo e atualmente desenvolvendo uma pesquisa sobre a Amazônia Legal Urbana, Diosmar iniciou sua apresentação falando sobre planejamento urbano e fez uma análise dos 20 anos do Estatuto das Cidades como ferramenta de ordenamento territorial e que precisa dialogar com a agenda climática do século 21.

Para contextualizar essa complexa relação entre desenvolvimento econômico, ordenamento territorial e injustiça climática, Diosmar ressaltou que desafio hoje, no Brasil, é mudar a realidade dos municípios. E, é nesse campo que ele faz parte dos estudiosos que desenvolvem a pesquisa sobre a Amazônia Legal Urbana, trabalhando com uma linha estrutural de partida: a linha sobre desigualdades. Com essa perspectiva, são analisados o levantamento censitário, de amostra, de pesquisas, e amostras realizadas pelo IBGE e outros bancos de dados como o DataSUS. As informações são, então, associadas às questões das políticas públicas locais, que orientam os Planos Diretores. Os estudos envolvem as nove capitais da Amazônia Legal.

“Vou apresentar o estudo que a gente lançou no mês de março sobre a cidade de Cuiabá (MT). Precisamos avançar sobre essas desigualdades nos municípios, com conhecimento. O Relatório (do IPCC) já nos deu um panorama. Não tem como você alcançar a redução do aquecimento global sem pensar nessas realidades que estão nas cidades, no território municipal. E isso envolve uma habilidade hoje, que é de gestores públicos, do legislativo e da sociedade, a pensar aquilo que eles formulam, que é aquele horizonte de 10 anos, chamado de Planos Diretores das Cidades”, Diosmar.

Ele explicou que, dentro do campo de estudos do projeto, são trabalhadas as mudanças de condições médias, mudanças de condições extremas e mudanças de exposição. Isso significa que, a partir das desigualdades, um determinado evento resultante das mudanças climáticas, como uma tempestade, por exemplo, que acontece em um curto espaço de tempo, como atingirá determinadas áreas e que afetará de forma desigual as pessoas nas cidades, a partir daquilo que se chama de segregação urbana. Ou seja, as pessoas vão ser afetadas de forma desigual porque

já estão sujeitas a desigualdades urbanas. Com isso, fica claro que cabe às políticas públicas atuarem de forma que estabeleçam estruturas de monitoramento, mas também com estratégias de médio e longo prazos, que envolvem opções de desenvolvimento econômico e distribuição de orçamento, entre outras.

“Quanto maior é o grau de vulnerabilidade, maior é a exposição. Então, se olharmos para habitação, teremos homens e mulheres negras vivendo em maior grau de vulnerabilidade urbana. É o mesmo quando pensamos renda e trabalho dentro dessa realidade do município. Um outro campo é monitorar as taxas de incidências das arboviroses, que são doenças causadas por mosquitos, como é o caso da dengue, zika e chikungunya. Se olharmos os dados de visitas, de frequência de agentes comunitários, veremos, nessas capitais, que há pouco agente comunitário de endemias. E quando se faz o recorte étnico e racial, vai encontrar a população indígena urbana e a população negra urbana que vivem a vulnerabilidade dessas doenças”, Diosmar.

Cuiabá e a revisão do seu Plano Diretor

Diosmar trouxe o exemplo de Cuiabá, capital do Mato Grosso, estado que concentra o maior PIB do agronegócio no Brasil. A cidade faz parte do escopo do Amazônia Legal Urbana e trabalha com a concepção de direitos fundamentais, dentro de um espaço de desigualdades. Um dos esforços é para estabelecer, nesse processo, a construção de políticas públicas complementares, como políticas ambientais, de saneamento, de saúde e de habitação, e de enfrentamento conjunto aos impactos das mudanças climáticas, inclusive no que se refere ao financiamento dessas ações de mitigação e adaptação.

“Nesse caso, Cuiabá, tem uma relação de savanização que avança no território e aprofunda as desigualdades. Esses são pontos que a gente tem desenvolvido dentro do estudo para conseguir alcançar essas realidades em questão de desigualdades no ordenamento territorial. O estudo está disponibilizado de forma completa com os dados e as análises para que vocês possam dialogar com ele. E dialogar é aquilo, né? Não se repete, como a Iza falou: ‘um ordenamento territorial não se repete em todos os lugares’. Então, é preciso fazer um aprofundamento de cada realidade para que a gente alcance ordenamentos territoriais que tragam as diferenças de cada espaço”, Diosmar.

Painel 3: Resiliência, Mitigação e Adaptação: experiências dos municípios do Rio de Janeiro (Brasil) e Bogotá (Colômbia)

Camila Pontual, coordenadora adjunta de Cooperação Internacional da Cidade do Rio de Janeiro; e Susana Muhamad, ativista ambiental e concejala (vereadora) de Bogotá.



Camila Pontual é coordenadora adjunta de Cooperação Internacional da Cidade do Rio de Janeiro desde 2021. Anteriormente, Camila trabalhou como *program associate* para Climate and Use Alliance (CLUA) na Fundação Ford, no Brasil, com foco em desmatamento e fomento de políticas públicas ambientais nos biomas Amazônia e Cerrado. Camila ajudou a implementar a estratégia e alavancar o portfólio para mais de 100 projetos. Ela também atuou em projetos relacionados à Covid-19 na Amazônia. Antes de ingressar na CLUA, trabalhou como assessora da Prefeitura do Rio de Janeiro em sustentabilidade e assuntos estratégicos, apoiando o presidente do C40 - *Cities Climate Leadership Group*. É mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Université de Paris I - Sorbonne, e anteriormente, estudou relações internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Economia na Universidade Federal Fluminense.



Susana Muhamad é vereadora em Bogotá (Colômbia). É cientista política da Universidade dos Andes, mestre em Filosofia pela Universidade de Stellenbosch, na África do Sul, onde também foi voluntária em uma ecovila e trabalhou na Shell, o que lhe permitiu compreender o sistema energético global e procurar formas de mobilidade elétrica e *design* sustentável. Participou da criação do movimento Progresistas, que ganhou a Prefeitura de Bogotá, em 2012. Durante o governo de Gustavo Petro, foi Secretária do Meio Ambiente de Bogotá. Fez parte do C40 para

a LATAM. Está empenhada em transformar a cidade para enfrentar a crise climática.

Atualização: no momento da realização deste encontro, em maio, Susana era vereadora em Bogotá. Em agosto de 2022, Susana assumiu como Ministra de Meio Ambiente, no governo do presidente da Colômbia Gustavo Petro, com quem trabalhou como Secretária do Meio Ambiente, enquanto Petro foi prefeito de Bogotá (2012-2016).

>> O que foi apresentado?

 [Assista ao painel no Youtube](#)

Susana Muhamad

Estado de emergência climática: é lei em Bogotá

A cidade de Bogotá, na Colômbia, aprovou, em novembro de 2020, uma declaração de combate às mudanças climáticas. O projeto, elaborado por Susana Muhamad e pelos conselheiros Manuel e Oscar, nos oferece diretrizes e traz aprendizados para a adaptação.

A conquista, inédita no mundo, é resultado de um intenso trabalho de escuta da população, especialmente de jovens e crianças, e da articulação multissetorial desenvolvida para estabelecer um processo participativo, eficiente e sólido.

Susana já vinha de uma trajetória de atuação em políticas públicas ambientais quando tornou a questão da legislação municipal acerca da emergência climática um ponto-chave em seu mandato como vereadora, em Bogotá. Segundo ela, as mudanças climáticas já eram uma pauta importante na gestão da cidade. Tanto que durante o mandato de Gustavo Petro na prefeitura (2012-2016), enquanto exercia o cargo de Secretária do Meio Ambiente, foi realizado um amplo estudo dos impactos das mudanças climáticas no município e elaborado um plano de ação para mitigação e adaptação climática. Foram três anos mapeando todos os riscos, cenários e medidas necessárias. E o que aconteceu? Quando houve mudança de governo, o mandato seguinte invalidou o plano. Passaram-se mais quatro anos e ao retornar à Câmara Municipal (Concejo de Bogotá), então como vereadora, Susana retomou o plano partindo do princípio de que para que fosse algo concreto, sem bandeira de identidade política, mas que espelhasse o poder do povo, teria que ser um processo técnico

que refletisse institucionalmente como uma ação social popular. Esse é o cerne do processo que Susana descreveu. Para ela, em qualquer que seja a gestão política, estão aí os pontos-chave e os sistemas coletivos. E isso tem que vir de baixo, não pode ser apenas do governo.

“Precisamos entender o contexto e suas implicações e isso não se dará apenas por um decreto de um prefeito, porque quando muda gestão, tudo se acaba. E aí foi feita toda uma campanha na parte da Câmara de Vereadores, que colocou como estado de emergência climática e transformou tudo em um acordo, com a parte técnica e jurídica e de democratização da cidadania. Dessa maneira, conseguimos incluir emergência climática, que não existia antes na lei. Tratam-se de nomenclaturas e ações que já estão definidas para eventos, como terremotos, inundações e outros desastres. Assim, havia um planejamento para esses eventos, mas como medida de exceção. E pensei: como podemos traduzir, ou seja, transformar em normas jurídicas, um estado de emergência permanente para uma situação cotidiana? E fui buscar um aporte jurídico de como posso transformar em algo mais rotineiro uma lei que é aplicada apenas para o estado de emergência”, Susana.

Mobilização popular e o papel das crianças e jovens

Susana explicou que o processo de mobilização social em torno das questões ambientais, em Bogotá, não é algo novo. Após o plano desenvolvido na década passada, a população começou a encaminhar, de maneira organizada, suas demandas para os mandatos. A partir desse modelo, Susana replicou a estratégia de organizar e fomentar os grupos populares, além de todo suporte da academia, e envolvendo ainda os demais atores do setor privado, para compor e encaminhar suas pautas para os mandatos atuais.

Com o uso de redes sociais, de material online e ativismo popular, a campanha reuniu 50 propostas para 10 mandatos, além da definição do que é uma Declaração de Emergência Climática juridicamente aplicada. Foram quase 100 mil assinaturas no abaixo assinado, que contou com a participação de mais de 100 organizações da sociedade civil.

“Era preciso aceitar que a emergência climática já acontece e que Bogotá sofre seus efeitos. Essa consciência foi trazida pelas crianças e jovens, no movimento que teve como uma das representantes Greta Thunberg, em 2019. São os mais jovens que vão viver as piores consequências que nós, que estamos vivendo e tomando decisões hoje. As mudanças climáticas afetam a todos. Então, já devemos considerar uma emergência climática e pensarmos nas próximas gerações, não apenas no nosso hoje. As mudanças climáticas afetam a todos e por isso precisa-se de muitas frentes políticas. Não é um tema de apenas uma secretaria ou de um departamento: é preciso articular todos. Outro ponto importante é o caráter de justiça climática que se deve ter. Não podemos mais sobrepor outras coisas, temos que melhorar a qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis e daqueles que no futuro também serão mais vulneráveis dentro da cidade”, Susana.

Pandemia e ações coletivas

Outro ponto trazido por Susana foi que o processo de discussão e implementação da agenda de emergência climática foi colidido por outra emergência global: a pandemia da Covid-19. O impacto da crise socioeconômica em todo globo, especialmente nos países e populações mais vulneráveis, e, no caso, da cidade de Bogotá, também fez com que a pauta do clima desse uma leve recuada. Com a pandemia e os cuidados que incluíam isolamento por longo período, as manifestações públicas e mobilização também perderam impulso. Mas, ao mesmo tempo, acredita Susana, houve uma retomada muito forte de ações coletivas para alimentação, cuidados da saúde, deslocamentos. Esse senso de coletividade traz também fortalecimento nas questões comuns, na coesão dos diferentes agentes da sociedade, assim como devem ser pautadas as questões da emergência climática a qual já estamos sujeitos.

Camila Pontual

Rio de Janeiro e a relevância da pauta ambiental

Camila Pontual vem de uma intensa trajetória na implementação e monitoramento de políticas públicas ambientais. Em sua participação, falou sobre como a cidade do Rio de Janeiro tem se envolvido em grandes momentos do debate ambiental global e como se organiza institucionalmente e coletivamente para enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

Desde a Rio 92, a cidade tem tido protagonismo em sediar importantes eventos e no compromisso da municipalidade com as questões ambientais.

“É uma cidade que sediou a Eco-92, fez Rio+20 e tiveram outras conferências, como a Rio+5, o Fórum do Rio de Janeiro. Acho que esses eventos, esses grandes encontros, com grande mobilização internacional, acabam consolidando políticas climáticas nas cidades. No Rio de Janeiro, por conta da Eco-92, fomos a primeira cidade do Brasil que criou uma Secretaria de Meio Ambiente. A partir daí, o meio ambiente passou a ser visto como uma política urbana, uma política pública de tamanha consistência e necessidade de alavancagem, que ganha uma área específica para si só. E aí nasce também o Programa de Reflorestamento do Rio, que este ano completa 30 anos, com mais de 10 milhões de mudas tendo sido replantadas. Esse é um dos maiores programas de reflorestamento urbano do mundo. Considerando que o Rio abriga a primeira e a terceira maior floresta urbana, tem a complexidade que é você reflorestar uma cidade do porte de 6,7 milhões de habitantes”, Camila.

Para Camila, são nas cidades que a prática da gestão ambiental se dá no dia a dia. Por isso, o legislativo, desempenhado pelas vereadoras e vereadores em seus mandatos, bem como o executivo, exercem papéis fundamentais nessa engrenagem. No entanto, ressalta o fato de que existe ainda uma enorme distância entre as grandes decisões relacionadas ao clima globalmente e a forma como se aplicam no cotidiano das pessoas, na vida comum. E que, exatamente por conta desse distanciamento, a implementação efetiva de uma política ambiental para mitigação e adaptação às mudanças climáticas só vai acontecer quando houver participação popular.

Segundo ela, apenas quando, a exemplo do que houve em Bogotá, acontece uma mobilização maciça da sociedade, representada em todos os seus setores, é possível estabelecer um marco comum. Outro ponto, destacado por Camila é a importância da troca de conhecimentos, da disseminação de boas práticas e soluções entre as cidades.

A coordenação entre as cidades é um dos principais mecanismos que a gente tem nos últimos anos e, para tentar auxiliar, entender e aumentar o poder das cidades e alavancar essa agenda, as cidades têm se unido. No Brasil tem a [Frente Nacional de Prefeitos](#), a [CB27](#) (*Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras), uma série de redes internas, mas também tem as redes internacionais, que ajudam muito através de cooperação técnica, de troca de experiências. Muitas vezes, o exemplo de Bogotá tem muita semelhança, a própria questão do transporte público de Bogotá, é uma conversa que o Rio de Janeiro e Bogotá sempre tiveram muito forte. Tem uma série de outras questões que muitas cidades têm semelhanças, a gente pode alavancar. Então, as redes de cidades têm esse papel de criar esse espaço de debate e também de dar às cidades um maior protagonismo para que elas possam diminuir a distância entre o poder negociatório e decisório dessas grandes conferências climáticas que definem as metas mundiais, ouvindo as cidades. São as cidades passando a ter um peso decisório ao dizer ‘olha, isso é viável; isso não é viável’ ou ‘isso para acontecer, a gente precisa de recurso”, Camila.

Mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Rio

Como apontou Camila, a cidade do Rio de Janeiro tem cerca de 20% de sua população vivendo em favelas, e que estão, em sua maioria, localizadas em morros e encostas, com uma geografia que favorece a incidência de alagamentos e deslizamentos. Além dessas características, Camila destacou o fato de que o Rio é uma cidade construída, ou seja, qualquer ação a ser implantada precisa considerar toda complexidade de se fazer alterações em um sistema em funcionamento, o que implica em uma mudança sistêmica muito maior.

O sistema de alertas criado na cidade é baseado em múltiplos indicadores, como o nível da chuva e de umidade do solo, e uma forte rede de comunicação e apoio entre moradores e o poder público. Segundo ela, o Rio conta com uma série de políticas que só conseguem ter sucesso porque são construídas com os cidadãos na ponta. Um exemplo são os moradores voluntários, treinados para ajudar na locomoção de pessoas com deficiência ou outras dificuldades de mobilidade, para serem encaminhadas aos abrigos quando há algum evento climático que as coloquem em risco.

“Isso tudo é uma comunidade que se une e que entende a importância dessas ações, que parecem, às vezes, pequenas, como fazer treinamentos e simulados, mas que têm um impacto gigantesco no dia a dia. Cabe ao Estado fomentar cada vez mais essa participação, essa colaboração. O Rio fez um Plano de Resiliência, e que agora estamos revendo, porque a gente entende que a resiliência é algo que vai mudando conforme a gente vai tendo cada vez mais conhecimento sobre os impactos extremos causados pelas mudanças climáticas. E tudo isso só é possível através de um planejamento das cidades. Há um entendimento de que as cidades são grandes epicentros de mudanças, são grandes catalisadores de mudança. Não são as únicas e nunca vão poder ser as únicas. Quando a gente fala cidades, a gente entende prefeitos, câmaras e vereadores, judiciário, legislativo, academia, sociedade civil, empresas - todos juntos para debaterem e alavancar isso”, Camila.



Oficinas

Oficina 1:

A implementação das NDCs* nas cidades: bate-papo com vereadoras/es

Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA)

*NDCs – sigla em inglês para Contribuições Nacionalmente Determinadas. Representa os compromissos e metas climáticas de um país no Acordo de Paris.

A 1ª Oficina realizada no ciclo de debates do Gabinete de Inovação reuniu representantes da [Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente \(ANAMMA\)](#) e teve como mediador, Mario Mantovani, fundador da ANAMMA.

O encontro começou com o Mario falando do processo de regulamentação que se deu para a implantação da Lei da Mata Atlântica, em dezembro de 2006, e do quanto foi importante a articulação de ativistas, sociedade civil e poder público nesse processo; e do quanto a ideia para a formação da Frente Parlamentar Ambientalista, surgida de forma orgânica, quase uma década antes, teve papel fundamental na construção de uma agenda para o meio ambiente no legislativo federal, nos estados e nos municípios.

“A gente retomou essa ideia da Frente Parlamentar e, em 1997, a gente começa a Frente Parlamentar de uma forma orgânica, com uma inovação muito grande, falando no nosso gabinete. Nós trouxemos a sociedade civil para dentro da Frente Parlamentar; no regimento, na forma de constituição da Frente e da sociedade civil e, depois, todas essas leis: Lei das Águas, Lei dos Crimes, Lei da Biodiversidade. Foram vários assuntos que a gente ganhou escala. Inclusive a própria Lei da Mata Atlântica, a resistência no Código Florestal, que vai fazer 25 anos agora. A proposta foi tomando forma, cresceu e a Frente se destacou muito. Mesmo com poucos recursos, temos conseguido enfrentar, por exemplo, a bancada ruralista, com 20 assessores e bilhões que irrigam o agronegócio no Brasil, e a gente consegue fazer frente”, Mario.

Mario falou também sobre o desdobramento da Frente Nacional nos estados. Atualmente, são 19 Frentes Estaduais Ambientalistas que atuam de forma articulada e contam com uma coordenação que, a partir de Brasília, se propõe a produzir e manter atualizados os membros dessa rede, aproximando os debates e encaminhamentos de Brasília para o dia a dia dos estados e municípios. Segundo ele, é esse mesmo modelo de articulação e troca de conhecimentos e forças que se baseia também a constituição de uma Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores do Brasil, que tenha a capacidade de agregar todos os vereadores, conversar com os gestores locais e fazer a conexão com as Frentes estaduais e Brasília.

Vinícius Parracho, assessor parlamentar em Porto Seguro (BA)

Vinícius Parracho iniciou sua fala apresentando um pouco da conjuntura política na cidade de Porto Seguro (BA), com um mandato na prefeitura que, segundo ele, tem atuado na contramão das demandas ambientalistas locais e a urgência em somar forças para defender o meio ambiente.

“Agora, houve uma mudança significativa no Conselho de Meio Ambiente: desmontou tanto a forma como ele se estrutura como também tirou entidades importantes aqui, de representatividade. Ainda revogaram a Lei do Fundo de Meio Ambiente, que estabelecia regras e parâmetros bastante restritivos para poder operar o dinheiro

que fica no Fundo de Meio Ambiente, que é considerável, já que aqui a gente tem um direcionamento de recursos, um direcionamento legal de grandes empreendimentos imobiliários para o Fundo”, Vinícius.

Ele explicou que estão se articulando tanto junto ao Ministério Público como a mandatos de vereadoras e vereadores em municípios da região para poderem fazer a disputa pelas pautas ambientais.

“Estamos articulando a Frente Parlamentar Ambientalista do Extremo Sul da Bahia e tentando atuar também junto ao governo do estado para ver se a gente consegue pelo menos fazer força contrária, né? Impedir que essas mudanças aconteçam de forma tão abrupta e tão agressiva”, Vinícius.

Thais, assessora no gabinete da vereadora Maria Marighella, Salvador (BA)

Thais também apontou a especulação imobiliária como um dos elementos de conflitos na Câmara Municipal de Salvador (BA) e o quanto os territórios ficam vulneráveis com o poder do lobby local. Segundo ela, um elemento importante na luta ambiental é a participação da sociedade civil, que tem um histórico de militância. E é com base nessa articulação das lideranças e movimentos sociais que o mandato tem avançado na aproximação e no fortalecimento político das lutas dos territórios. Thais destacou as pautas em conjunto com a Frente Ambientalista da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

“A gente tem uma área em comum, que é ver seu patrimônio ambiental sendo reduzido cada vez mais. Nossa extensão territorial não é tão grande. Somos um município muito denso e com uma atuação muito voraz da especulação imobiliária e das empresas imobiliárias. Então, vamos passar o próximo ano, iniciando nesse ano, por uma revisão ou um novo Plano Diretor. Deveria ser uma revisão, mas a prefeitura já fala de um novo Plano Diretor, sendo que este foi aprovado em 2017. E os nossos últimos Planos Diretores apresentam sempre uma redução muito grande e violenta das áreas de preservação ambiental do município. O que a gente vê nesse contexto político é que o nosso patrimônio ambiental vai ser duramente atacado por essas forças, que são grandes financiadores de campanhas. Nos preocupa muito também essa revisão do novo Plano Diretor de Salvador”, Thais.

Mantovani falou sobre o processo de elaboração do Plano da Mata Atlântica de Salvador (BA), que contou com o levantamento dos estágios sucessivos na área urbana, o único lugar do Brasil. Segundo Thais, o Plano Municipal da Mata Atlântica está concluído, mas não tramita ainda na Câmara para sua aprovação.

Jussimar, Foz do Iguaçu (PR), assessor parlamentar do vereador Kalito Stoeckl.

A questão do lobby do setor imobiliário também foi uma das questões das quais Jussimar falou no encontro. Ele contou da disputa em torno do Bosque dos Macacos, na região norte da cidade, perto de Itaipu, onde existe uma comunidade de macacos, localizada na zona urbana. Em Foz do Iguaçu, como explicou, há o problema de a zona urbana estar junto com a zona rural e, conseqüentemente, junto com a Mata Atlântica. O Bosque dos Macacos é uma dessas áreas urbanas com resquícios do bioma, que fica fora do Parque Nacional de Iguaçu, e que está sendo suprimida por grandes empreendimentos.

Mantovani comentou que o Plano Municipal de Mata Atlântica de Foz do Iguaçu já tinha a área desse bosque preservado, e que isso permite uma ação na justiça. Também sugeriu o alinhamento com vereadoras e vereadores dos outros municípios perto do Parque.

Ayri S. Rando, Piracicaba (SP)

O Ayri trouxe para o debate a criação do Novo Marco de Infraestrutura Hídrica, que coloca em risco a atual Política Nacional de Recursos Hídricos e os avanços conquistados até então.

Montovani falou do trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista junto ao Observatório da Governança das Águas (OGA) e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA)

Murilo

Murilo, de Alto Paraíso de Goiás (GO), apresentou o problema que estão tendo com as madeireiras, já que a maioria delas não está regularizada e não há uma legislação específica para a atividade no município. Montovani falou da urgência em encaminhar essa questão para um debate mais amplo, pois essas pequenas indústrias, sem nenhuma regulamentação

ou fiscalização, são parte importante do problema de desmatamento e compõem também essas forças contrárias à pauta ambiental nas cidades. Usou o exemplo da regulamentação adotada no estado de São Paulo, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), que regulamenta a atividade madeireira desde de 2010, por meio do programa chamado CAD Madeira, com o qual todo estabelecimento de madeira no estado tem que estar cadastrado.

Vitor Camacho, de São Carlos (SP)

Victor Camacho apresentou aos participantes um pouco da conjuntura da cidade de São Carlos, no interior de SP. O município, situado numa área de alta concentração de renda no país, reflete problemas estruturais em seu desenvolvimento que segue de forma predatória ao meio ambiente. Alguns dos pontos tratados foram o alto número de queimadas e o uso irregular dos recursos hídricos, tanto na retirada das águas quanto no manejo e descarte de resíduos, inclusive com alta concentração de agrotóxicos provenientes da atividade agrícola, nas bacias hidrográficas da região.

“A gente tem um grave problema em São Carlos, que é a não regulamentação de leis. Então, as leis entram num limbo aqui e o Executivo simplesmente as ignora e a gente tem que ficar judicializando lei por lei para que elas sejam regulamentadas. Então, é uma lei que não funciona. A gente questiona, faz requerimento, envia para o Ministério Público e a resposta é sempre a mesma. ‘Ah, não tem como fiscalizar porque a lei não é regulamentada’”, Vitor.

Marquito - Marcos José de Abreu, vereador em Florianópolis (SC)

Marquito, vereador da cidade de Florianópolis (SC), apresentou a experiência com o mandato agroecológico, construído a partir de diferentes grupos de trabalho (GTs), e que reúne representantes da Câmara, mas também de universidades, movimentos sociais, ONGs e lideranças comunitárias, sob uma coordenação geral. Segundo ele, os diferentes grupos incluem o de trabalho de saneamento, o das unidades de conservação, o de mudanças climáticas e o de resíduos, com periodicidade bimestral de encontros. Essa governança acontece por meio de uma rede, a Tecendo Redes.

“A gente tem feito muitas oficinas temáticas. Fizemos da agroecologia, que foi também uma formação para muita gente. Tinha mais de mil pessoas no primeiro encontro. E a Frente, ela tem sido esse espaço de referência na cidade, né? Ela superou e ela supera completamente o mandato e tem sido um encontro, inclusive, com pessoas que hoje representam e desempenham papéis de formação da rede da Frente. É para além da atuação e da Câmara”, Marquito.

Flavio Siqueira, assessor da vereadora Erika Hilton, de São Paulo (SP)

A pauta ambiental e a correlação com outras pautas de direitos humanos foi apontada por Flavio Siqueira como uma importante articulação que o mandato tem buscado fazer na capital paulista. Ele parabenizou o Gabinete de Inovação.

“Eu já tenho uma ligação com a pauta ambiental, com outras ações, pois sou advogado e faço a coordenação jurídica do mandato. A Érica me convidou para participar, vir aqui, porque ela está querendo aprender bastante essa experiência do Gabinete de Inovação, que é maravilhosa. A gente tá muito feliz de estar aqui”, Flavio.

Oficina 02: Legislação climática nos municípios: exemplos e boas práticas

Com [Clima de Eleição](#)

A 2ª Oficina do Gabinete de Inovação, edição 2022, contou com a participação do pessoal do [Clima de Eleição](#), de vereadoras, vereadores e integrantes de equipes do legislativo para falar um pouco sobre a experiência em comum, com trocas e fortalecimento desenvolvidos nos últimos dois anos, bem como as possibilidades que essa rede representa.

O Clima de Eleição é uma organização brasileira de advocacy com a missão de transformar a política institucional, que propõe a construção de uma agenda climática que seja transversal e esteja internalizada em todos os níveis de governo. Surgiu com o desconforto e o sentido de urgência frente à inação por parte das lideranças eleitas para tratar das

questões relacionadas à crise climática, especialmente em nível local. Assim, durante as eleições municipais de 2020, lançou uma campanha independente para qualificar o debate climático junto a candidaturas nos municípios brasileiros.

De lá para cá, seus integrantes mantiveram e ampliaram a proposta de ajudar na proposição de legislação e monitoramento dos mandatos na pauta climática, e passaram a integrar uma articulação mais abrangente com outros movimentos e organizações no país.

João Henrique Cerqueira, do Clima de Eleições, falou um pouco desse início. Engenheiro ambiental, natural de Curitiba (PR), atualmente morando em Salvador (BA), ele contou que já atuava no campo climático. Começou como ativista, participando de movimentos de juventude e de ações diretas, mas que, com o tempo, percebeu que uma das grandes lacunas para a efetividade dessas ações era na arena das políticas públicas. O ano era 2020 e o Brasil já estava sob o atual governo e com inúmeros retrocessos na agenda climática. Segundo ele, havia apenas soluções muito pontuais e de curto prazo para tratarem do tema.

“Não havia a percepção de que tem soluções que podem ser trazidas para esses desafios, olhando para um contexto de intensificação dos fenômenos climáticos extremos, como as crises hídricas, e que os municípios precisam ser adaptados para esses fenômenos o mais rápido possível. Era 2020 e haveria as eleições municipais, então decidimos tentar fazer engajamento de candidaturas na agenda de clima, com o comprometimento de que iríamos divulgar o compromisso com o eleitorado, mas, em contrapartida, que, caso fossem eleitas, a gente pudesse continuar a apoiar e monitorar os mandatos”, João Henrique.

Hoje, a atuação delas vai muito além das eleições: seguem considerando uma importante janela de oportunidade para se fazer engajamento de candidaturas das futuras lideranças com a agenda climática.

*“Atualmente, a gente tem se preparado para as eleições desse ano (*2022) e estamos fazendo um pré-engajamento das candidaturas. Também teremos um curso para candidaturas, que é muito focado em como comunicar clima com as bases eleitorais; como conseguir voto a partir do assunto da crise climática em diferentes públicos”, João Henrique.*

Outras frentes visando a ampliação do debate e mobilização pelo clima incluem também a sociedade civil, em especial, juventudes.

“A gente tem tentado transformar todas essas formas de incidência em direcionamento para gerar influência em política pública e queremos, para o ano que vem, ter um braço de lobby muito forte, indo além desses parlamentares que já estão engajados e trabalhando conosco, e tentar influenciar mais votos na agenda socioambiental, olhando também para as casas legislativas nos estados e em Brasília. E, por fim, aproximar, nesse processo, a comunidade, os jovens. Já tem muito impacto, muita experiência acontecendo dentro dessas comunidades. Entendemos que essas conexões entre cidades, municípios, pessoas e lideranças acabam gerando um impacto imenso e a gente tenta facilitar esses espaços”, João Henrique.

Na sequência falou **Thainy Bressan**, também engenheira ambiental e com trajetória similar à do João, que veio da militância climática e passou a atuar mais fortemente, nos últimos anos, com políticas públicas para o clima.

O primeiro projeto que Thainy apresentou sobre a atuação do Clima de Eleições foi o [Mandato C - Aliança de Lideranças do Legislativo pela Ação Climática](#). Criada em 2021, é uma rede de gabinetes do legislativo, com o objetivo de apoiar políticas públicas climáticas efetivas. A partir dessa rede, potencializam diversas lideranças na elaboração de políticas públicas climáticas, via capacitações continuadas com especialistas da área, com produtos de conhecimento e ferramentas práticas. Atualmente, soma 42 gabinetes do legislativo municipal; 13 partidos políticos e 37 municípios de todas as regiões do país.

“Vejo com muita felicidade a quantidade de pessoas que hoje se articulam pelo clima, porque isso prova que somos capazes de rever como a gente produz, come e interage com o meio ambiente no Brasil, nesse país que agride tanto as pessoas e o meio ambiente, mas que pode, sim, mudar. Por isso, eu vejo que é um futuro muito promissor da gente continuar firme na luta à frente. A Mandato C está apenas começando, mas já mostra que temos lideranças capazes de fazer com que o Brasil se torne um grande protagonista na agenda de clima global. Para isso, precisamos que todo mundo se envolva. Partidos políticos, lideranças eleitas e principalmente eleitores. Nós trabalhamos para impulsionar isso”, Thainy.

Para entender como esses municípios estavam na agenda climática, os principais problemas enfrentados e quais ferramentas poderiam auxiliar os mandatos, foi feito um mapeamento dessa rede. Também elaboraram um [banco de dados de legislações climáticas nacionais](#) para os legisladores se inspirarem.

“Vimos que as lideranças da rede, a maior parte delas, estavam no primeiro mandato e pensamos em como apoiar essas lideranças. Lançamos alguns conteúdos sobre como funciona uma causa legislativa municipal para garantir mais proposições e usar mais iniciativas na agenda de clima. Então, lançamos essa caixa de ferramentas, voltada justamente para os parlamentos municipais. São cartilhas, basicamente. A primeira é sobre a estrutura e caminhos da legislação, elaborada muito para entender a competência e, principalmente, o que caberia a um parlamentar municipal propor e qual seria o caminho. A segunda, são boas práticas e dicas a partir de experiências. E, por fim, um capítulo sobre monitoramento e fiscalização”, Thainy.

Além do Mandato C, saiba mais sobre os projetos [CAJU](#) e o YCC Brasil - Conselho Climático de Juventude, ambos voltados para a mobilização e articulação de jovens pelo clima.

Disseminar e ampliar as boas práticas

Entre as experiências exitosas compartilhadas está a coautoria para projetos de leis. É uma forma com a qual mobilizaram lideranças que não necessariamente dialogavam, mas nessa agenda específica, conseguiram dialogar, fazer uma coautoria e avançar para que projetos de lei fossem aprovados com agilidade.

“A agenda de clima é uma agenda de desenvolvimento, que tem que estar refletida em todos os aspectos do trabalho do parlamentar. O fato dela ser interseccional ajuda a mobilizar e aumentar o engajamento porque torna menos abstrato quando a gente fala que clima é a falta de saneamento, é a falta de coleta de resíduos eficiente, é a possibilidade de geração de renda através de compostagem etc. Isso facilita o diálogo, tanto com os demais vereadores, mas também com a sociedade civil que é quem, de fato, está na ponta”, Thainy.

O papel dos Conselhos Municipais e também as parcerias com ONGs, universidades e instituições de pesquisa foi outro ponto considerado fundamental para a construção e consolidação de políticas climáticas.

Entre outros exemplos apresentados, estiveram a atuação do gabinete da vereadora de São Paulo (SP), Erika Hilton, para a criação do Plano de Ação Climática da capital, com ações que priorizam adaptações para as mudanças climáticas. De Porto Seguro (BA), a iniciativa destacada é o IPTU Verde, projeto do vereador Vinícius Parracho, que concede 20% de desconto para quem integra os 100% dos critérios definidos ambientais pelo município. São ações que não têm um impacto significativo no orçamento, mas que contam com o potencial de gerar impactos positivos na agenda climáticas.

Outra iniciativa é a do vereador Marcos José de Abreu, mais conhecido como Marquito, de Florianópolis (SC), sobre a obrigatoriedade da reciclagem dos resíduos orgânicos do município. O projeto é resultado de muita escuta e alinhamento entre as partes, considerando que a empresa responsável pela coleta na cidade precisava participar dessa articulação e ser também acolhida em suas dificuldades para atender a demanda.

Já a cidade de Piracicaba, no interior de São Paulo, foi citada por conta da articulação do município com ONGs locais, principalmente o [Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola \(Imaflora\)](#), universidades, como a [ESALQ](#), e a Frente Parlamentar Local pelo Clima, a [COMCLIMA - Comissão Municipal de Mudanças Climáticas](#). De acordo com Ayri Saraiva Rando, assessor parlamentar do Mandato Coletivo A Cidade é Sua (Vereança em Piracicaba/SP), a comissão aprovou um plano de trabalho para construção da política e do Plano Municipal de Enfrentamento às Mudanças do Clima. E, dentro desse plano de trabalho, no fluxo de atividades, foi incluída uma assembleia cidadã em formato de mini público, como processo de consulta pública para priorizar ações do plano.

“Na virada do ano, fomos convidados pelo [Delibera Brasil](#), que coordena o [Decidadania](#), para compor uma aliança estratégica. Essa aliança estratégica é uma segunda fase do programa, intitulado [Decidadania: o clima na pauta legislativa](#). Seguimos no [Mandato C](#), e estamos na 3ª edição do Gabinete de Inovação. A gente acredita que a troca de experiências, a comunicação, a aproximação com os mandatos legislativos são fundamentais”, Airy.

[Manuela Accioly, assessora no mandato do vereador André Fraga, Salvador \(BA\)](#)

Manuela, assessora parlamentar em Salvador (BA), também destacou a importância dessa rede de trocas e aprendizados no legislativo pelo clima.

“Além de ouvir experiências de outros municípios e as dificuldades, também é legal saber que não estamos sozinhos nessa militância e saber, principalmente, onde e a quem a gente pode recorrer se precisar de ajuda, de uma ideia”, Manuela.

Ela apresentou uma das iniciativas que estão desenvolvendo e que visa ampliar o debate junto às comunidades locais, trazendo, de forma mais palpável, os impactos das mudanças climáticas na vida das pessoas. Para isso, lançaram no Dia do Meio Ambiente, 5 de junho, uma exposição chamada [Salvador 2100](#). A mostra itinerante é uma simulação, com imagens de como a cidade será afetada pelo aumento do nível do mar, entre outros efeitos da emergência climática.

“Que os municípios se inspirem e tragam também essa proposta para suas cidades. Não só com aumento do nível do mar, em cidades que não sejam litorâneas, mas que enfrentam outros impactos. Buscar entender de que forma dá para “brincar”, aí, entre aspas, com esse imaginário da população e tentar criar esse alerta de uma forma mais sólida, mais impactante”, Manuela.

[Juliana Soares do Nascimento, de Americana \(SP\)](#)

Juliana trouxe uma questão que enfrentavam em Americana (SP), no momento dessa 2ª Oficina do Gabinete de Inovação, com a Câmara Legislativa da cidade, colocando em votação um PL para a alteração do artigo 145 da Lei Orgânica do Município. Pela proposta, deixaria de existir a proibição da alteração das áreas verdes, desde que houvesse ‘interesse público devidamente fundamentado’. Como Juliana apontou, haveria grandes chances de o projeto ser aprovado, e foi, ainda em maio de 2022. Com isso, a regra para que uma área deixe de ser considerada verde passou a ser uma decisão do Executivo, que pode justificar ‘interesse público’, assim, de maneira bem ampla, sem consulta pública. Com isso, prevê-se que a cidade tenha uma redução de suas áreas verdes para favorecer empreendimentos imobiliários.

“Diferentemente do que foi colocado aqui, Americana tem um contexto que talvez seja a realidade da maior parte das cidades no Brasil, que é de uma sociedade civil bastante ausente dessas discussões públicas. Então, não temos interlocutores para fazer essas defesas da pauta climática. A gente realizou uma audiência pública no mês de março e fizemos um relatório indicando o que a gente não tem, o que a gente precisaria ter. Indicamos a criação de uma comissão ou um conselho ou um grupo de trabalho, que seja, para pensar a questão climática sistematicamente e discutir publicamente, mas não conseguimos nenhum avanço de lá pra cá”, Juliana.

Para João, do Clima de Eleições, infelizmente, essa é a realidade da maior parte das cidades brasileiras: não têm, necessariamente, uma sociedade civil engajada.

“É mais difícil, porque sem essa pressão social, o que motiva parlamentares que não estão engajados por princípios próprios no assunto? É um super desafio”, João.

Oficina 3:

Global Stocktake: oficina sobre a ferramenta de monitoramento das metas climáticas do Acordo de Paris

Com [Instituto Clima e Sociedade \(iCS\)](#) e [CDP América Latina](#)

A 3ª e última Oficina da edição 2022 do Gabinete de Inovação teve a participação de representantes do [Instituto Clima e Sociedade \(iCS\)](#) e [CDP América Latina](#), que apresentaram a ferramenta Global Stocktake, para o monitoramento das metas climáticas firmadas pelos países no Acordo de Paris, em 2015.

Viviane Romeiro, do iCS, é especialista em governança climática, com formação na área jurídica e com doutorado em política climática, e tem acompanhado as COPs - Conferência das Partes sobre o Clima -, das Nações Unidas, há quase 15 anos. Atualmente, é consultora do iCS, apoiando a coordenação do portfólio de clima do instituto.

“O iCS é uma organização filantrópica que atua promovendo a prosperidade, justiça, desenvolvimento de baixo carbono e que é uma fonte entre financiadores internacionais, nacionais e parceiros estratégicos para os diversos portfólios. E, o Gabinete de Inovação, a gente entende como um laboratório que reúne mandatos de casas legislativas; um espaço muito importante para discussão de caminhos para uma inovação, para um caminho mais sustentável e de trajetórias com mais inovação e que tragam um frescor: uma trajetória mais verde, mais sustentável, nos parlamentos brasileiros. Então, entendemos que é um espaço muito importante para descentralizar um pouco a discussão sobre implementação da meta climática do Brasil, a NDC”, Viviane.

Andreia Banhe, gerente do CDP, anteriormente Carbon Disclosery Project, iniciou a apresentação com uma parte conceitual sobre ciências climáticas e emissões, elementos importantes para a compreensão do que são e como funcionam os acordos internacionais sobre mudanças climáticas. Criado em 2000, o CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos, que mobiliza investidores, companhias e governos com o intuito de construir e acelerar ações colaborativas para um desenvolvimento que funcione para as atuais e futuras gerações. Entre as suas iniciativas está a produção dos inventários de emissões de gases das empresas, cidades e estados. Em 2021, lançou uma nova estratégia, a [Race to Zero](#), que mobiliza uma coalizão das principais iniciativas de 1.049 cidades, 67 regiões, 5.235 empresas, 441 dos maiores investidores e 1.039 instituições de ensino superior, em 120 países, comprometida em alcançar emissões líquidas zero de carbono até 2050.

“O CDP trabalha bastante com os atores, que são as empresas, os investidores, as cidades e os estados. É, assim, uma plataforma de monitoramento das ações climáticas. O foco é clima, mas também trabalhamos a questão de segurança hídrica, a questão de desmatamento. Surgiu há mais de 20 anos, em 2000, trabalhando com as empresas. Então, essas empresas são convidadas por meio de investidores; ou também temos um outro programa no qual são empresas que convidam os integrantes de sua cadeia de fornecedor a divulgar também suas estratégias frente ao clima, desmatamento e segurança hídrica. E, por fim, com as cidades, a gente vem trabalhando desde 2014, e, com os estados, desde 2014”, Andreia.

Gases de efeito estufa e o aquecimento global

Desde a Revolução Industrial tem havido um aumento no volume de gases causadores do efeito estufa, que se concentram na atmosfera e geram o aquecimento global. É por isso que todas as negociações acerca de estratégias e monitoramento para evitar o aquecimento global envolvem os gases de efeito estufa. O [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas \(IPCC\)](#), das Organizações das Nações Unidas (ONU), reconhece sete desses gases, sendo o mais comum deles, o dióxido de carbono, o famoso CO₂, que é liberado pela queima de combustíveis fósseis e também pelas queimadas, e responde por 70% das emissões globais.

Em 2º lugar está o metano, que é resultado da decomposição de matéria orgânica comum nos lixões e nos gases liberados no processo de digestão dos ruminantes. O metano dura menos tempo na atmosfera, porém, seu potencial de aquecimento é 21 vezes maior do que o CO₂, e gira em torno de 17% das emissões no planeta. Já o óxido nitroso é produzido principalmente nos solos, a partir da matéria orgânica rica em nitrogênio. Tem o maior potencial de aquecimento - 310 vezes o do CO₂ - e soma cerca de 6% das emissões globais. As fontes de emissões desses três principais gases causadores do efeito estufa são queimadas, processos industriais, transporte (terrestre, aquático e aéreo), agricultura e pecuária.

Acordos internacionais

É urgente discutir e implantar medidas para limitar as emissões desses gases e evitar que o aquecimento global ultrapasse o aumento de 1,5°C na temperatura acima dos níveis pré-industriais. Para acompanhar esse aumento, bem como estratégias e resultados para redução dessas emissões, o IPCC tem o papel de reunir e interpretar os dados dos 195 países signatários e fornecer aos formuladores de política pública avaliações científicas sobre a mudança do clima. Os Relatórios do IPCC apresentam os impactos quanto aos riscos futuros e também propõem soluções para mitigação e adaptações às mudanças climáticas. O Relatório é dividido em três grupos de trabalho. O [primeiro](#) é baseado na ciência física das mudanças climáticas e foi divulgado em agosto de 2021. O [segundo](#) trata de adaptação e vulnerabilidade e foi lançado em fevereiro de 2022. E, em abril deste ano, o [terceiro](#), que apresenta alguns *insights* de mitigação.

“Em todos esses Relatórios do IPCC, a principal mensagem é que, para se atingir a meta de evitar o aquecimento acima de 1,5°C, as emissões precisam parar de aumentar em 2025. Ou seja, nos próximos três anos e, depois, cair 43%, até 2030, e zerar as emissões de carbono até 2050. É muito trabalho que a gente precisa fazer. Há ações que precisam ser feitas, tanto em nível subnacional, mas também nacional e internacional. Por exemplo, substituir infraestrutura baseada em combustíveis fósseis para combustíveis de baixo carbono; incentivos à energia renovável, à eficiência energética; recuperação de pastagens degradadas e conservação de áreas nativas, além de melhorar os sistemas alimentares, evitando desperdício, perdas, com incentivos a uma dieta mais sustentável. Acho que isso aqui, principalmente esses últimos, são ações que cada um de nós pode fazer”, Andreia.

O Acordo de Paris, que prevê esforços mundiais para limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2050, é voluntário. Cada país signatário define a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), estabelecendo as metas domésticas para a redução das emissões.

Impactos da mudança do clima e multilateralismo

O aquecimento global afeta biomas, o padrão das chuvas, das marés, a intensidade e duração de secas, a ocorrência de inundações. Afeta também a saúde das populações, a economia e a infraestrutura das cidades, entre outros impactos crescentes.

Mas, quando se olha para a questão da gestão das cidades, é importante que, especialmente as legislaturas, tenham também a perspectiva das oportunidades como, por exemplo, a atração de investimento para uma infraestrutura mais verde, mais sustentável. Que incentive a inovação tecnológica e proponha soluções que considerem o uso de energias renováveis, descontos em impostos para áreas verdes etc. Trata-se, portanto, de uma agenda de desenvolvimento que envolve todo o processo de descarbonização da economia e passa a estruturar uma mudança sistêmica. É também caracterizado pelo multilateralismo, ou seja, é composto pelos papéis dos governos locais, do setor privado e com uma preponderância mais diversa e plural da sociedade civil organizada.

O *Global Stocktake* (GST)

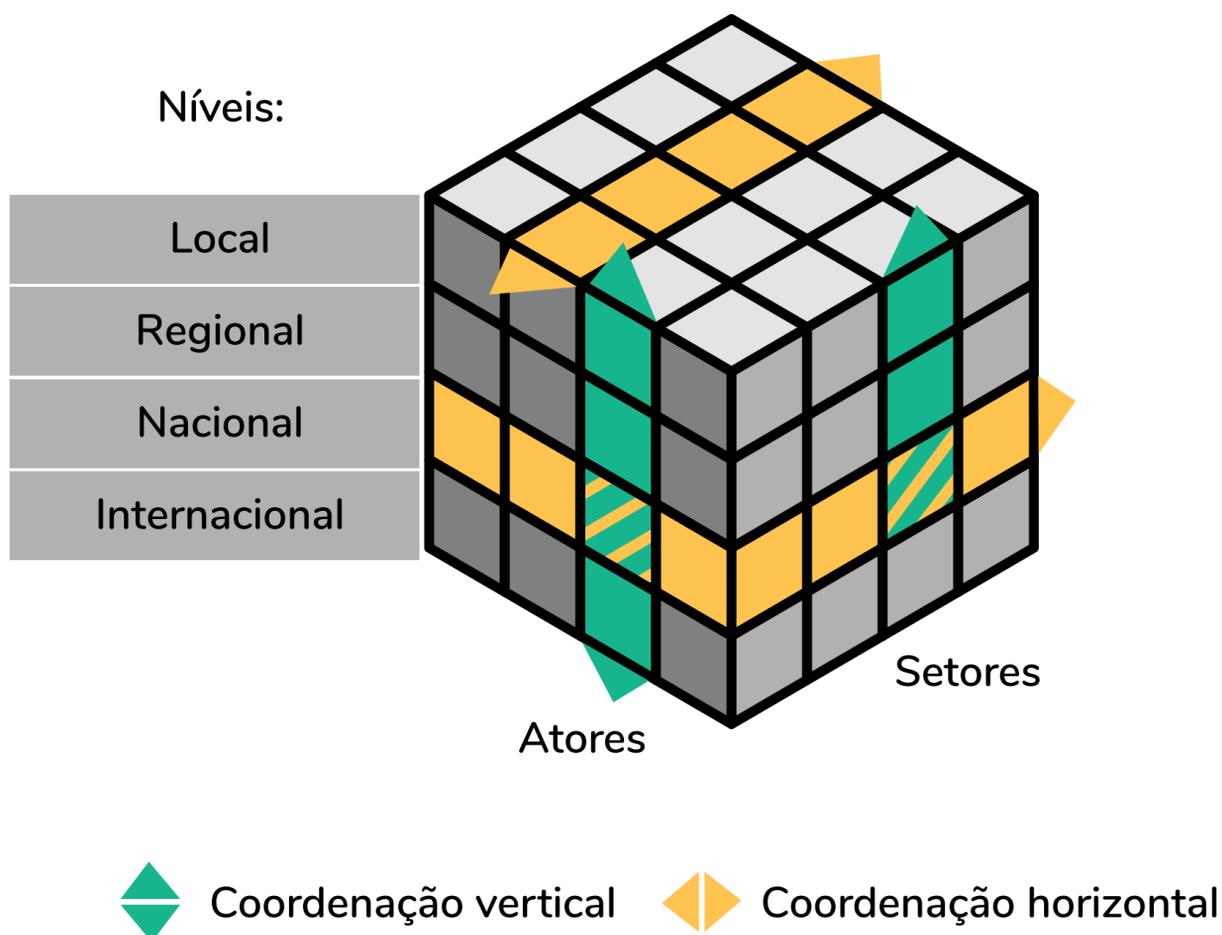
Antes de apresentar a ferramenta, Viviane, do iCS, falou sobre as NDCs e a forma como a ferramenta *Global Stocktake* pode auxiliar no monitoramento das metas adotadas por cada país.

*“O *Global Stocktake* é um mecanismo inédito de governança climática. Considerando que a cada cinco anos as partes têm que visitar e avaliar as suas metas, se aplica também para analisar o que tem sido feito e para identificar as lacunas, além de promover mais transparência. Por isso, é importante também ter um histórico e visitar a cada cinco anos o que as partes têm feito em um nível descentralizado. O que cada estado, cada município, na sua competência, tem feito e como tem atuado”, Viviane.*

Segundo Viviane, para que os países possam implementar essas estratégias e atender as suas metas, são necessárias cinco ações coordenadas em um arranjo de governança que deve propiciar um ambiente de aprimoramento de processos e de coordenação entre os entes federativos e de articulação multissetorial. As cinco ações são: (1) Governança; (2) Mitigação; (3) Adaptação; (4) Finanças; e (5) Mensuração, Relatórios e Verificação (MRV).

*“O *Global Stocktake* não é o fim, é um meio para ajudar várias dessas agendas, com processos mais transparentes e mais inclusivos. Tem também uma coordenação entre os diferentes ministérios no nível federal com os demais níveis de federação: estados e municípios. E isso é fundamental para evitar essas lacunas institucionais e sobreposições, pois traz uma visão mais integrada e descentralizada dessas diversas instâncias”, Viviane.*

GOVERNANÇA MULTINÍVEL NO BRASIL



Fonte: Jänicke (2017)

A ferramenta nos municípios

Um ponto importante levantado pela Andreia é que o CDP, nos programas junto a cidades e estados, não tem a mesma autoridade do investidor que solicita o preenchimento das informações sobre emissões das empresas para decidir sobre investimentos e recomendações. No caso do poder público, essa pressão vem da sociedade civil e do trabalho articulado de diversas organizações e da academia.

No Brasil, Andreia destaca o papel das parcerias para que haja uma mobilização pelo compromisso de prefeituras e governos estaduais em informar sobre suas emissões e metas na [plataforma online](#).

“Essa ferramenta permite compreender como estão agindo frente à mudança do clima, tendo a plataforma e suas ferramentas para o monitoramento das suas ações. Atualmente, no Brasil, são 119 cidades que fazem parte do pacto. E o que é pacto? Todos os prefeitos assinam o compromisso para reduzir as emissões em um período de três anos e, a cada ano, divulgarem o andamento dos compromissos e metas anunciados”, Andreia.

EXPEDIENTE

Gabinete de Inovação

Edição 2022 - Um olhar local para o Clima

Realização: Instituto Update e Pacto pela Democracia.

Apoio: Instituto Clima e Sociedade (iCS), Clima de Eleição, Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA).

Coordenação: Marcelo Bolzan.

Conteúdo: Marcelo Bolzan e Mariana Belmont.

Produção: Amanda Segnini.

Mediação dos encontros: Mariana Belmont.

Roteiros: Marcelo Bolzan.

Design: Rodrigo Masuda / Multitude e Fernando Macedo/ Agência Sassarico.

Gestão técnica das lives: Fernando Macedo / Agência Sassarico.

Comunicação: Marina Franciulli, Laryssa Ramos, Lucas Malaspina e Vanessa Simões.

Imprensa: João Veiga / Pensata Comunicação e Cultura.

Vídeos: Fernando Macedo / Agência Sassarico.

Especialistas (por ordem de apresentação): Natalie Unterstell, Sylvia Siqueira, Diosmar Filho, Izabela Santos, Camila Pontual, Susana Muhamad, Mario Mantovani, João Cerqueira, Thayni Bressan, Viviane Romeiro e Andreia Banhe.

Publicação

Redação: Cilene Marcondes.

Edição: Marcelo Bolzan.

Revisão: Ana Cíntia Guazzelli.

Projeto editorial e diagramação: Rodrigo Masuda / Multitude.

gabinetedeinovacao.org.br

REALIZAÇÃO:

INSTITUTO
UPDATE

PACTO PELA
DEMOCRACIA